



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 282-A, DE 2016, DO SENADO FEDERAL, QUE “ALTERA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA VEDAR AS COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS, DISCIPLINAR A AUTONOMIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS E ESTABELECEER NORMAS SOBRE FIDELIDADE PARTIDÁRIA E FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR DOS PARTIDOS POLÍTICOS; E ESTABELECE NORMAS DE TRANSIÇÃO”, E APENSADOS – PEC28216

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 282, DE 2016

Altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição.

O artigo 17-A da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

1º.

Art. 17-A.

§ 4º Após aprovada pela maioria absoluta dos integrantes das convenções nacionais dos partidos que a compõem, a federação será reproduzida no Senado Federal e na Câmara dos Deputados e terá vigência até a véspera da data inicial do prazo para a realização das convenções para as eleições federais subsequentes.

§ 4º-A A reprodução das Federações nas Assembleias Legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal dependerá de deliberação do órgão partidário nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 4º-B Nas Assembleias Legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, os partidos somente poderão formar federações com as legendas com as quais estiverem federalizados em nível nacional, sendo autorizada a união com apenas parte da federação nacional.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O fim das coligações e a possibilidade de união dos partidos políticos em federações partidárias é passo importante em direção à racionalização do sistema político brasileiro. A proibição das coligações nas eleições proporcionais dificultará sobremaneira a existência de agremiações popularmente conhecidas por legendas de aluguel, tão nocivas ao regime democrático representativo brasileiro, as quais, paulatinamente e afortunadamente, acabarão por desaparecer do cenário político nacional.

Entretanto, obrigar a reprodução das federações nacionais em nível estadual é desconhecer a dinâmica partidária de nosso país. A proposta de verticalização é boa, todavia, entendo haver possibilidade de pequenas alterações, de forma a não engessar o sistema partidário. Dificultar a formação de alianças entre os partidos políticos, pode ignorar as diferentes realidades regionais, reduzindo o espaço para a manifestação eleitoral e partidária de toda a diversidade econômica, social, cultural e política do Brasil.

Sugiro, portanto, que os partidos políticos não sejam obrigados a reproduzirem a Federação em nível nacional nas diferentes unidades da federação. Todavia, caso tais partidos desejem federalizar-se nos estados, recomendo que estas apenas sejam possíveis com as agremiações com as quais tenham formado federação nacionalmente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Certo do mérito de nossa proposta, solicitamos apoio para sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Dep. CARLOS ANDRADE
PHS/RR



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 282, DE 2016

Altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição

[illegible]